CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 63 • Sábado 7 de novembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

PERNAMBUCO LIDERA GERAÇÃO DE EMPREGOS NO NORDESTE E OCUPA 2º LUGAR NO BRASIL EM SETEMBRO



PÁG. 2



Imposto do pecado: cigarros, bebidas alcoólicas e carros terão novas regras de tributação em 2027 PÁG. 2



INSS muda regras do auxílio-doença e permite nova análise de pedidos negados em até dez dias PÁG. 2



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

O terceiro turno no Brasil é a economia PÁG. 4

Polícia Civil detalha investigação contra Emerson Freitas por suspeita de extorsão e uso de falsa identidade policial PÁG. 3



Na Fliporto, Instituto Dom Helder Camara promove programação sobre paz e pensamento humanista PÁG. 3



Governo de Pernambuco garante gratuidade do transporte para estudantes da Rede Estadual de Ensino que farão o Enem 2026 PÁG. 4



PÁG. 5

Nova carteira de identidade pode ser solicitada pelo celular, mas emissão ainda exige atendimento presencial

Conta de água e esgoto terá aumento de 8,85% em 175 municípios de Pernambuco a partir de dezembro PÁG. 5

Imposto do pecado: cigarros, bebidas alcoólicas e carros terão novas regras de tributação em 2027

Cigarros, bebidas alcoólicas e automóveis estão entre os produtos que terão incidência do Imposto Seletivo, conhecido como imposto do pecado, a partir de 2027. O governo federal definiu as alíquotas e os critérios para a cobrança do novo tributo, criado pela reforma tributária para incidir sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

As regras foram estabelecidas pela Medida Provisória nº 1.399/2026, publicada em 4 de novembro. A cobrança está prevista para começar em 2 de fevereiro de 2027. No primeiro ano, o governo adotará um modelo de transição que busca preservar o nível médio de tributação atualmente aplicado pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). As alíquotas definitivas deverão ser encaminhadas ao Congresso Nacional até maio de 2027, com previsão de aplicação em 2028.



CIGARROS TERÃO IMPOSTO DE 66,7%, MAIS R$ 3,50 POR MAÇO

Para os cigarros, a tributação será composta por uma alíquota de 66,7%, aplicada sobre uma base de cálculo correspondente a 15% do preço de venda no varejo, além de uma cobrança fixa de R$ 3,50 por maço. Também foi mantido o preço mínimo de R$ 7,50 para comercialização do produto.

O modelo combina uma parcela percentual com outra fixa, mantendo a estrutura de tributação que já vinha sendo aplicada. A definição, no entanto, é alvo de críticas de organizações de saúde, que defendem uma carga tributária maior para reduzir o consumo de produtos derivados do tabaco.

A discussão envolve o impacto do tabagismo sobre a saúde pública e os custos associados ao tratamento de doenças relacionadas ao cigarro.

BEBIDAS ALCOÓLICAS TERÃO ALÍQUOTAS DE ATÉ 24%

A tributação das bebidas alcoólicas será diferenciada conforme o tipo de produto e o teor alcoólico. As alíquotas previstas variam de 4,2% a 24%, com percentuais maiores para determinadas bebidas destiladas.

As cervejas de malte terão alíquota de 4,2%. Para bebidas alcoólicas em geral, o percentual será de 8%. Vermutes terão cobrança de 12%, enquanto vinhos da Madeira, do Porto e de Xerez ficarão sujeitos a 16%. A mesma alíquota será aplicada às bebidas com teor alcoólico superior a 14% e a determinadas bebidas refrescantes com teor alcoólico inferior a 8%.

Para rum e outras aguardentes provenientes da destilação de produtos da cana-de-açúcar, a alíquota será de 20%. Já os produtos obtidos do melaço da cana terão tributação de 24%.

A medida também prevê descontos de até 40% para pequenos produtores de bebidas alcoólicas, conforme o porte da empresa e o volume de produção.

As bebidas açucaradas, como refrigerantes e energéticos, terão alíquota de 2,6%.

ENTIDADES DE SAÚDE CRITICAM MANUTENÇÃO DAS ALÍQUOTAS

A definição dos percentuais provocou questionamentos de organizações que atuam na prevenção de doenças relacionadas ao consumo de álcool, tabaco e bebidas açucaradas. A crítica é que a manutenção de uma carga tributária próxima à atualmente praticada pelo IPI reduz o potencial do Imposto Seletivo como instrumento para desestimular o consumo.

A Vital Strategies, organização internacional que atua na área de saúde pública, defende uma tributação mais elevada para produtos considerados prejudiciais à saúde. A entidade avalia que o novo imposto deveria considerar não apenas a arrecadação, mas também os custos sociais e sanitários provocados pelo consumo desses produtos.

A ACT Promoção da Saúde também se manifestou contra a manutenção da carga tributária. Para a organização, a decisão contraria a finalidade constitucional do tributo, que prevê o desestímulo ao consumo de produtos nocivos.

CARROS TERÃO IMPOSTO CALCULADO CONFORME COMBUSTÍVEL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Além dos produtos relacionados à saúde, o Imposto Seletivo também alcançará automóveis. Nesse caso, a tributação será definida conforme características técnicas dos veículos, incluindo tipo de combustível, tecnologia de propulsão, potência do motor, eficiência energética, segurança e possibilidade de reciclagem.

A alíquota-base para carros de passeio será de 6,3%. Para determinados veículos comerciais leves, o percentual inicial será de 3,9%. Os valores poderão sofrer alterações conforme os critérios ambientais e tecnológicos estabelecidos na regulamentação.

Os veículos elétricos terão redução de dois pontos percentuais sobre a alíquota-base. O mesmo benefício será aplicado aos híbridos plug-in flex ou movidos a etanol. Os híbridos convencionais flex terão desconto de 1,5 ponto percentual, enquanto os híbridos leves flex terão redução de um ponto percentual.

Na outra ponta, veículos movidos a combustíveis fósseis poderão ter acréscimos. Híbridos a gasolina terão aumento de dois a 4,5 pontos percentuais, conforme a tecnologia utilizada. Nos automóveis convencionais a gasolina, o adicional será de 6,5 pontos. Para modelos a diesel, o acréscimo poderá chegar a 12 pontos percentuais.

A eficiência energética também será considerada no cálculo. Quanto menor o consumo de energia por quilômetro rodado, maior poderá ser o desconto. A potência do motor e os equipamentos de segurança também influenciarão a tributação.

Outro critério será a capacidade de reciclagem dos veículos, com possibilidade de redução para modelos que atendam aos requisitos de reaproveitamento de materiais e destinação adequada ao fim da vida útil.

A medida prevê ainda alíquota zero para determinados veículos classificados como versões sustentáveis pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O benefício também poderá alcançar automóveis adquiridos por pessoas com deficiência, pessoas com transtorno do espectro autista e taxistas, desde que cumpridas as exigências legais.

Caminhões com peso bruto total igual ou superior a 3.500 quilos também ficarão fora da cobrança, com exceção das picapes. Veículos destinados às operações das Forças Armadas e de órgãos de segurança pública terão tratamento específico.

COBRANÇA COMEÇA EM FEVEREIRO DE 2027

O Imposto Seletivo integra a reforma tributária e foi criado para incidir sobre produtos e atividades considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Além de cigarros, bebidas alcoólicas e automóveis, a lista inclui bebidas açucaradas, aeronaves, embarcações, bens minerais e concursos de prognósticos, como loterias.

A estimativa do governo federal é arrecadar R$ 41,9 bilhões com o tributo em 2027. A Medida Provisória ainda será analisada pelo Congresso Nacional, que poderá manter ou modificar as regras estabelecidas pelo Executivo.

As alíquotas previstas na medida provisória são válidas para 2027. Até 31 de maio do próximo ano, o governo deverá encaminhar um projeto de lei com a proposta de tributação definitiva, prevista para entrar em vigor em janeiro de 2028.

Pernambuco lidera geração de empregos no Nordeste e ocupa 2º lugar no Brasil em setembro

Com saldo positivo de 13.371 empregos formais, Estado se destaca no cenário nacional; indústria lidera contratações e safra da cana-de-açúcar impulsiona geração de vagas no interior

Pernambuco conquistou o 1º lugar no Nordeste e o 2º lugar no Brasil na geração de empregos com carteira assinada em setembro de 2026. Segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Estado registrou saldo positivo de 13.371 postos de trabalho formais no período. O resultado evidencia o desempenho positivo de diferentes setores da economia e reforça o destaque de Pernambuco na geração de oportunidades de emprego.



"Pernambuco está avançando, gerando empregos e criando oportunidades para a nossa gente. Somos o primeiro lugar no Nordeste e o segundo no Brasil na geração de empregos, e isso é fruto de muito trabalho, de investimentos e do compromisso de fazer a economia crescer. Seguimos trabalhando para que esse desenvolvimento chegue a todas as regiões do Estado e transforme a vida dos pernambucanos", destacou a governadora Raquel Lyra.

A indústria foi o principal destaque de setembro, responsável pela criação de 5.890 empregos, seguida pelo setor de serviços, com 2.601 vagas. A agropecuária também apresentou resultado expressivo, com saldo de 2.006 postos de trabalho, enquanto a construção civil registrou 1.903 novas vagas e o comércio contabilizou 971. Com isso, os cinco grandes setores da economia pernambucana encerraram o mês com saldo positivo.

"Esse resultado demonstra a força da economia pernambucana e a capacidade do nosso estado de ampliar as oportunidades de trabalho e renda para a população. A liderança na geração de empregos no Nordeste e a segunda colocação no Brasil refletem o dinamismo dos nossos setores produtivos e o ambiente favorável ao desenvolvimento que estamos construindo em Pernambuco", afirmou a secretária de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Daniele Jar Souto.

Outro destaque foi o desempenho do setor de serviços, que apresentou crescimento de 140,6% na geração de empregos em comparação com setembro de 2025. O segmento passou de 1.081 vagas no mesmo mês do ano anterior para 2.601 em setembro deste ano, um acréscimo de 1.520 postos de trabalho.

No interior do Estado, a safra da cana-de-açúcar teve papel importante na geração de empregos, respondendo por aproximadamente metade do saldo positivo registrado em Pernambuco no mês. O desempenho da atividade sucroalcooleira contribuiu para impulsionar as contratações, especialmente nos municípios da Zona da Mata. Nesse cenário, Sirinhaém se destacou com a criação de 1.609 empregos formais, enquanto Rio Formoso contabilizou 1.120 novas vagas.

"O resultado do Novo Caged também reforça a importância de conectar as demandas do setor produtivo à qualificação profissional, ampliando a empregabilidade e o acesso às oportunidades. Na Sedepe, trabalhamos para fortalecer essa conexão por meio de ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo", pontuou o secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo, Diogo Alexandre.

Entre os municípios pernambucanos, Recife liderou a geração de empregos em setembro, com saldo positivo de 3.066 postos de trabalho. Além de Sirinhaém e Rio Formoso, também se destacaram Ipojuca, com 940 vagas, e Cabo de Santo Agostinho, com 740. Os resultados demonstram a distribuição das oportunidades de trabalho entre a capital, a Região Metropolitana e o interior do Estado.

No acumulado de janeiro a setembro de 2026, Pernambuco já contabiliza um saldo positivo de 50.596 empregos formais. Considerando o período de janeiro de 2023 a setembro de 2026, o Estado alcançou a marca de 237.133 postos de trabalho gerados, consolidando um importante avanço na ampliação das oportunidades de emprego e renda para a população pernambucana.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

INSS muda regras do auxílio-doença e permite nova análise de pedidos negados em até dez dias

Trabalhadores que tiverem o pedido de auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, negado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão solicitar uma nova avaliação da documentação médica em até dez dias após tomar conhecimento da decisão. A possibilidade foi estabelecida pelo governo federal e começou a valer nesta sexta-feira (6), com a publicação de uma portaria conjunta do Ministério da Previdência Social e do INSS no Diário Oficial da União.



A mudança permite que o segurado conteste uma negativa baseada na análise documental, sem precisar entrar imediatamente com recurso administrativo. Nessa etapa, será possível apresentar novos atestados, exames, laudos e outros documentos médicos ou odontológicos que possam complementar as informações do pedido inicial.

A reavaliação ficará sob responsabilidade da Perícia Médica Federal e deverá ocorrer antes de eventual recurso. O prazo de dez dias começa a contar a partir da ciência do indeferimento. Caso o trabalhador opte por apresentar diretamente um recurso administrativo, sem solicitar a reanálise, perderá a possibilidade de utilizar esse procedimento.

A portaria também estabelece que, quando houver pedido de reavaliação, o prazo para apresentar recurso administrativo começará a contar após o segurado tomar conhecimento do resultado da nova análise. Se não houver solicitação de reanálise, permanece a contagem a partir da comunicação da decisão inicial.

Outra mudança envolve os trabalhadores que acumularem negativas consecutivas pelo sistema de análise documental. Antes, o encaminhamento obrigatório para perícia médica ocorria depois de três indeferimentos sucessivos. Com a nova regra, a exigência passa a valer após duas negativas consecutivas.

Nesses casos, os pedidos seguintes deverão ser direcionados para o agendamento de exame médico-pericial, que poderá ser realizado presencialmente ou por telemedicina, desde que o segurado atenda aos requisitos para essa modalidade. A obrigatoriedade permanece até que haja concessão do benefício após uma dessas avaliações.

COMO FUNCIONA O ATESTMED

As alterações atingem o Atestmed, ferramenta utilizada pelo INSS para avaliar pedidos de auxílio por incapacidade temporária a partir de documentos médicos, sem a necessidade inicial de comparecimento do trabalhador a uma agência para realizar perícia presencial.

O sistema permite que o segurado encaminhe atestados médicos ou odontológicos pelo aplicativo ou site Meu INSS. A documentação é analisada pela Perícia Médica Federal, que verifica as informações apresentadas e a existência de incapacidade temporária para o trabalho.

Para ser aceito, o documento precisa conter a identificação do paciente, diagnóstico da doença por extenso ou código da Classificação Internacional de Doenças (CID), data de emissão, assinatura e identificação do profissional responsável, além do período estimado de afastamento.

O Novo Atestmed foi lançado em março de 2026 e ampliou de 60 para até 90 dias o período máximo de afastamento que pode ser concedido por meio da análise documental.

O auxílio por incapacidade temporária é destinado aos segurados que ficam impossibilitados de exercer suas atividades profissionais por motivo de doença ou acidente. Para ter direito ao benefício, o trabalhador precisa cumprir os requisitos previdenciários, incluindo a qualidade de segurado e, em regra, a carência mínima de 12 contribuições mensais. A exigência de carência não se aplica a determinadas doenças graves e aos casos de acidente, conforme a legislação.

Na Fliporto, Instituto Dom Helder Camara promove programação sobre paz e pensamento humanista

O Instituto Dom Helder Camara participará da Fliporto 2026 com uma programação especial dedicada à vida, à obra e ao legado de Dom Helder Camara. Com o tema "Dom Helder, o pensador e filósofo da paz", as atividades incluem minicurso, sarau cultural, apresentações artísticas, visitação ao Memorial Dom Helder Camara e uma mesa literária.

A iniciativa integra o projeto "Fliporto nas Fronteiras – Dom Helder, o Pensador e Filósofo da Paz", que propõe aproximar literatura, espiritualidade, filosofia, memória histórica e compromisso social.

A programação será realizada nos dias 12 e 13 de novembro, no Memorial Dom Helder Camara, e no dia 15, no Gabinete Português de Leitura.

Na quinta-feira (12), o Memorial estará aberto à visitação das 8h30 às 17h30. Às 16h, haverá uma acolhida cultural com Junior Aguiar, que fará declamações de textos e poemas de Dom Helder.

Às 16h20, será realizado o minicurso "Na Marcha das Ideias: Dom Helder Camara, pensador e filósofo da paz inquieta", conduzido por Filipe Xavier, do Centro de Documentação Dom Helder Camara (CeDoHC/IDHeC). A atividade abordará a atualidade do pensamento do religioso, especialmente sua compreensão de uma paz associada à justiça, à dignidade humana e à transformação social.

O encerramento contará com apresentação de orquestra de frevo e bloco de carnaval.



Na quinta-feira (13), a programação terá continuidade com visitação ao Memorial e o sarau cultural "Andar às Voltas com o Belo é Andar às Voltas com Deus".

A partir das 16h, Junior Aguiar fará novas declamações de textos e poemas de Dom Helder. Às 16h30, haverá apresentação da Literatrupe e, às 17h, participação de Cylene Araújo. O encerramento está previsto para as 18h.

Mesa literária debate a atualidade do pensamento de Dom Helder

No domingo (15), às 18h, o Gabinete Português de Leitura receberá a mesa "Dom Helder Camara, o Pensador e Filósofo da Paz", com participação de Marcelo Barros e Félix Filho e mediação de Filipe Xavier.

O encontro abordará as dimensões intelectual, filosófica, espiritual e humanista de Dom Helder, destacando a atualidade de suas ideias diante de conflitos, desigualdades e desafios à convivência democrática.

A proposta é discutir o legado de Dom Helder para além de sua trajetória religiosa e histórica, ressaltando sua contribuição ao pensamento sobre paz, justiça, diálogo e fraternidade entre os povos.

Como parte da programação, o Instituto também disponibilizará um e-book com 50 frases e pensamentos de Dom Helder Camara. O material poderá ser acessado por QR Code e baixado gratuitamente no endereço www.domheldercamara.org.br.

Polícia Civil detalha investigação contra Emerson Freitas por suspeita de extorsão e uso de falsa identidade

A Polícia Civil de Pernambuco apresentou, nesta sexta-feira (6), detalhes da investigação que tem como alvo o influenciador digital Emerson Freitas, suspeito de envolvimento em crimes de extorsão, falsidade ideológica e uso de falsa identidade policial. Segundo a corporação, ele teria utilizado a visibilidade nas redes sociais, onde reúne mais de um milhão de seguidores, para intimidar presos e familiares e exigir pagamentos sob a promessa de interferir em processos judiciais e retirar publicações da internet.

A investigação teve origem em um inquérito aberto para apurar denúncias de que facções criminosas estariam impondo toque de recolher em comunidades do Recife. Durante as diligências, os policiais não conseguiram reunir elementos conclusivos sobre essa prática nos locais inicialmente apontados. No decorrer da apuração, porém, surgiram informações sobre outras possíveis atividades criminosas atribuídas ao influenciador.

De acordo com a Polícia Civil, Emerson se apresentava como policial e dizia ter proximidade com integrantes do Poder Judiciário. A estratégia teria sido utilizada para transmitir credibilidade às abordagens e pressionar pessoas envolvidas em investigações criminais, além de familiares.



As apurações apontaram que o investigado cobrava dinheiro para retirar conteúdos publicados nas redes sociais e prometia atuar para beneficiar pessoas que respondiam a processos judiciais. A Polícia Civil também investiga possíveis ameaças e outras práticas utilizadas para obter vantagens financeiras.

O caso passou a ser investigado pelo Grupo de Operações Especiais (GOE), que reuniu elementos sobre as suspeitas e aprofundou as diligências. A corporação apresentou informações sobre o trabalho policial e os elementos reunidos durante o inquérito.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

O TERCEIRO TURNO NO BRASIL É A ECONOMIA

O debate político não termina nas urnas. Depois da disputa eleitoral, começa uma outra batalha, menos barulhenta nos palanques, mas muito mais presente na vida cotidiana da população: a economia. Se o primeiro e o segundo turnos mobilizam eleitores, partidos e candidatos, o terceiro turno acontece no bolso dos brasileiros. É nele que o governo precisa demonstrar capacidade de transformar discursos em resultados concretos.

O desafio econômico do Brasil passa por uma combinação de fatores que exige atenção. Inflação, juros elevados, endividamento das famílias, carga tributária, contas públicas e crescimento econômico formam uma equação que não se resolve apenas com anúncios ou indicadores positivos isolados. O que interessa ao cidadão é o efeito dessas decisões sobre o custo de vida, o acesso ao crédito, a geração de empregos e a capacidade de fechar as contas no fim do mês.

A economia brasileira apresenta sinais de desaceleração. No segundo trimestre de 2026, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,5%, abaixo da expansão de 1,1% registrada nos três primeiros meses do ano. Segundo o Banco Central, a perda de ritmo alcançou diferentes setores, incluindo indústria, serviços, consumo e investimentos. A instituição projeta crescimento de 1,8% para o PIB em 2026. Banco Central do Brasil

SELIC ELEVADA E CRÉDITO MAIS CARO

Um dos principais obstáculos continua sendo a taxa básica de juros. Em novembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu interromper o ciclo de cortes e manteve a Selic em 13,75% ao ano. A decisão ocorreu em um cenário de incertezas fiscais, pressão sobre as expectativas de inflação e desaceleração da atividade econômica.

Na prática, juros elevados significam crédito mais caro para famílias e empresas. O financiamento de um imóvel, a compra de um veículo, o empréstimo para manter um pequeno negócio e até o parcelamento de despesas ficam mais difíceis. Para quem empreende, o custo do dinheiro pode representar a diferença entre ampliar uma atividade, contratar funcionários ou adiar investimentos.

O Banco Central tem o compromisso de controlar a inflação, mas a política monetária também produz efeitos sobre o ritmo da economia. O desafio está em encontrar um equilíbrio entre a estabilidade dos preços e as condições necessárias para estimular a produção, o consumo e os investimentos.

REFORMA TRIBUTÁRIA: SIMPLIFICAÇÃO OU MAIS CUSTOS?

Outro ponto que merece atenção é a implementação da reforma tributária sobre o consumo. O ano de 2026 marca o início da fase de testes do novo modelo, com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A proposta promete simplificar o sistema de tributação, reduzir a cumulatividade e dar mais transparência à cobrança de impostos. Entretanto, a



transição exige adaptação de empresas, atualização de sistemas, mudanças na emissão de notas fiscais e revisão de procedimentos contábeis.

É importante destacar que a fase de testes de 2026 não representa, por si só, aumento efetivo da carga tributária. Os valores recolhidos de CBS e IBS serão compensados com os tributos correspondentes previstos no modelo atual. A substituição dos impostos ocorrerá gradualmente, com mudanças mais significativas a partir de 2027 e conclusão da transição em 2033.

A preocupação, portanto, não deve se limitar à promessa de simplificação. É necessário acompanhar como a mudança afetará diferentes setores, especialmente pequenos negócios, prestadores de serviços e empresas que possuem margens de lucro reduzidas. Uma reforma dessa dimensão precisa oferecer previsibilidade e segurança jurídica, sem criar dificuldades adicionais para quem produz e gera empregos.

O PESO DAS CONTAS PÚBLICAS

A situação fiscal também está no centro das preocupações. O crescimento das despesas públicas, o pagamento de juros da dívida e a capacidade do governo de cumprir suas metas fiscais influenciam diretamente a confiança dos agentes econômicos.

Dados do Banco Central mostram que a dívida bruta do governo geral chegou a 82,9% do PIB em agosto de 2026, o equivalente a aproximadamente R$ 11,1 trilhões. No acumulado de 12 meses, os juros nominais do setor público alcançaram R$ 1,18 trilhão. Banco Central do Brasil

Esses números ajudam a explicar por que a política fiscal tem impacto tão importante sobre os juros, o câmbio e as expectativas do mercado. Quando há dúvidas sobre a sustentabilidade das contas públicas, o custo de financiamento pode aumentar, dificultando a redução dos juros e comprometendo investimentos.

Não se trata apenas de uma discussão entre economistas ou integrantes do governo. O equilíbrio fiscal tem consequências sobre a capacidade do Estado de financiar políticas públicas, investir em infraestrutura e manter serviços essenciais.

O verdadeiro teste está no bolso do brasileiro

É na vida cotidiana que os resultados da política econômica precisam aparecer. O trabalhador quer recuperar seu poder de compra. O comerciante precisa vender, pagar fornecedores e manter as portas abertas. O empresário busca segurança para investir. E as famílias esperam conseguir pagar suas contas sem depender constantemente do crédito.

O mercado de trabalho aquecido é um dado positivo, mas não elimina as dificuldades relacionadas ao custo de vida e ao endividamento. Ter emprego é fundamental, mas também é necessário que a renda seja suficiente para garantir condições dignas de consumo e planejamento financeiro.

O Brasil chega a este momento diante de uma série de desafios que não podem ser tratados de maneira isolada. Juros, inflação, reforma tributária e responsabilidade fiscal estão interligados. As decisões tomadas em Brasília repercutem diretamente nos estados, municípios e na economia real.

No fim das contas, o terceiro turno não será decidido por discursos, disputas nas redes sociais ou declarações de adversários políticos. Será medido pela capacidade de o país crescer, gerar oportunidades, controlar a inflação, equilibrar suas contas e melhorar a renda da população.

A disputa política pode continuar nos bastidores, mas a cobrança da sociedade já começou. E, dessa vez, o eleitor não precisa apertar nenhum botão para demonstrar sua insatisfação. Basta olhar para o próprio bolso.

Governo de Pernambuco garante gratuidade do transporte para estudantes da Rede Estadual de Ensino que farão o Enem 2026

Operação também contará com 542 viagens extras nos dias 8 e 15 de novembro para atender aos candidatos que farão o exame

Estudantes da Rede Estadual de Ensino que vão participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026, nos dias 8 e 15 de novembro, terão gratuidade no transporte público da Região Metropolitana do Recife (RMR). A iniciativa do Governo de Pernambuco, por meio do Grande Recife Consórcio de Transportes Metropolitano (CTM), também prevê o reforço na operação, com ônibus adicionais e viagens extras para facilitar o deslocamento dos candidatos até os locais de prova.

"Garantir o acesso dos nossos estudantes aos locais de prova também é uma forma de facilitar a participação deles nesse momento importante da vida estudantil. O Enem representa uma etapa significativa na trajetória desses jovens, e nosso objetivo é assegurar tranquilidade e condições para que realizem o exame sem que o custo do transporte seja uma preocupação", destacou a governadora Raquel Lyra.

Cerca de 46 mil estudantes da rede estadual serão contemplados. O cartão VEM Passe Livre RMR já garante a gratuidade aos estudantes que se deslocam de casa para a escola durante a semana. Desta vez, o benefício será expandido para os dois próximos domingos, não havendo nenhuma cobrança nos dias das provas do Enem. Os estudantes poderão usar seus cartões sem custo em todas as linhas do sistema, os BRTs — inclusive nas estações — e as linhas interbairros. As linhas opcionais não estão abrangidas.

O presidente do Grande Recife, Matheus Freitas, destacou a importância da operação especial para garantir o deslocamento dos candidatos nos dias de prova. "Sabemos da importância do Enem para o futuro de milhares de estudantes. Por isso, estamos

Foto: Yacy Ribeiro/Secom



empenhados em garantir uma operação reforçada, com mais ônibus e viagens, para facilitar o deslocamento dos candidatos. Queremos que a preocupação dos estudantes esteja concentrada na realização da prova, e não no transporte até os locais de aplicação", afirmou.

Com o reforço, o número de viagens será ampliado, passando de 1.657 para 2.199, garantindo maior oferta de transporte nos dois dias de realização do exame.

As linhas que receberão o reforço são:

020 – Candeias / TI Tancredo Neves
021 – TI Joana Bezerra / Shopping RioMar
080 – Joana Bezerra / Boa Viagem
101 – Circular (C. da Boa Vista / Rua do Sol)
138 – Zumbi do Pacheco / TI Tancredo Neves
149 – TI Cavaleiro / Zumbi do Pacheco
164 – Marcos Freire / TI Cajueiro Seco
165 – Muribeca dos Guararapes / TI Cajueiro Seco
181 – Cabo (Cohab) / TI Cajueiro Seco
185 – TI Cabo
202 – TI Barro / TI Macaxeira (Várzea)
205 – TI Barro / UR-05 (BR-101)
252 – Vila Rica / TI Jaboatão
330 – Casa Amarela / CDU (Av. Caxangá)
520 – TI Macaxeira / Parnamirim
522 – Dois Irmãos (Rui Barbosa e Príncipe)
624 – Brejo
640 – Guabiraba / Derby
642 – Córrego do Jenipapo
645 – Av. Norte (Macaxeira)
710 – Beberibe / Derby
760 – Dois Unidos / Derby
844 – Santa Casa / TI Xambá
861 – TI Xambá / TI Joana Bezerra
881 – TI Xambá / Rio Doce (Getúlio Vargas)
1909 – TI Pelópidas / TI Joana Bezerra
1912 – Caetés I / TI Abreu e Lima
1913 – TI PE-15 / TI Joana Bezerra
1963 – TI PE-15 / TI Igarassu (Sítio Histórico)
1986 – TI PE-15 / TI Rio Doce
1992 – Pau Amarelo
2043 – TI CDU / TI Joana Bezerra (Parador)
2402 – Parque Capibaribe / Caxangá
2431 – TI CDU / TI Caxangá (UFPE)
2466 – Vera Cruz / TI Camaragibe

Os candidatos devem consultar antecipadamente a plataforma Rumo, disponibilizada pelo CTM, para consultar os itinerários e os quadros de horários das linhas de ônibus. A ferramenta permite que os usuários planejem seus deslocamentos com antecedência, identificando as opções de transporte mais adequadas para chegar aos locais de prova. O acesso pode ser feito pelo endereço https://virtual.granderecife.pe.gov.br/rumo/.
Foto 2 - Janaína Pepeu/Secom

Nova carteira de identidade pode ser solicitada pelo celular, mas emissão ainda exige atendimento presencial

A emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), documento que substitui gradualmente o antigo Registro Geral (RG), pode ser iniciada pelo celular. A facilidade permite que o cidadão preencha informações pessoais, escolha uma unidade de atendimento e agende a emissão sem precisar enfrentar filas para dar início ao procedimento.

Apesar da possibilidade de começar o processo pela internet, a solicitação ainda não é totalmente digital. O interessado precisa comparecer presencialmente a um posto de identificação para apresentar os documentos exigidos, fazer a fotografia oficial e realizar a coleta das impressões digitais.

As regras de agendamento e atendimento variam de acordo com o estado. Em São Paulo, por exemplo, o procedimento pode ser iniciado pelo aplicativo Poupatempo ou pelo portal de serviços do governo estadual.

Maurício Ferry/DP



COMO FAZER A SOLICITAÇÃO PELO CELULAR

Em São Paulo, o cidadão pode utilizar o aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR, disponível para Android e iOS, ou acessar o portal oficial do serviço. O procedimento começa com o acesso à plataforma por meio da conta Gov.br. Depois de entrar no sistema, é necessário selecionar a opção Carteira de Identidade Nacional (CIN), preencher os dados solicitados e escolher o posto de atendimento, a data e o horário disponíveis.

No dia agendado, o cidadão deve apresentar a certidão de nascimento ou de casamento, conforme o estado civil, além do CPF. No posto, serão realizadas a fotografia e a coleta biométrica necessárias para a emissão do documento.

Em São Paulo, também existe a possibilidade de solicitar a entrega da carteira pelos Correios, mediante pagamento de uma taxa, em vez de retirar o documento diretamente na unidade de atendimento.

CPF PASSA A SER O NÚMERO ÚNICO DE IDENTIFICAÇÃO

Uma das principais mudanças da Carteira de Identidade Nacional é a utilização do CPF como número único de identificação em todo o território brasileiro. Com o novo modelo, deixa de existir a possibilidade de uma mesma pessoa possuir números de RG diferentes, conforme o estado em que o documento foi emitido.

A carteira também conta com um QR Code, que permite verificar sua autenticidade e consultar informações de segurança. A versão digital fica disponível no aplicativo Gov.br depois da emissão do documento físico, conforme o procedimento de cada estado.

A primeira via da nova identidade em papel é gratuita em todo o país. Já a validade varia conforme a idade do titular: cinco anos para crianças de até 11 anos, dez anos para pessoas entre 12 e 59 anos e prazo indeterminado para quem tem 60 anos ou mais.

O antigo RG continuará válido até 28 de fevereiro de 2032. A substituição, portanto, está sendo realizada de forma gradual, sem obrigatoriedade de troca imediata para quem ainda utiliza o modelo anterior.

Conta de água e esgoto terá aumento de 8,85% em 175 municípios de Pernambuco a partir de dezembro



Moradores de 175 municípios pernambucanos terão aumento de 8,85% nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário a partir de 4 de dezembro. O reajuste foi homologado pela Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe) e publicado no Diário Oficial do Estado. A medida alcança cidades da Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

A atualização está relacionada à concessão parcial dos serviços de saneamento da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) à iniciativa privada. As empresas responsáveis pela operação dos sistemas são a Aqua Pernambuco, ligada à BASA Saneamento Ambiental, e a Vita Sertão.

O percentual inicialmente calculado pela agência reguladora foi de 14,58%, considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre setembro de 2023 e julho de 2026. No entanto, os contratos de concessão estabelecem um desconto obrigatório de 5% sobre a tarifa de referência, reduzindo o reajuste efetivo para 8,85%.

A mudança alcança as categorias residencial, social, vulnerável, comercial, industrial e pública. As concessionárias assumem a operação dos serviços em 23 de novembro, conforme o cronograma da concessão.

Para os consumidores residenciais com consumo de até 10 mil litros por mês, a tarifa de água passa de R$ 61,77 para R$ 67,24. Na categoria comercial, o valor sobe de R$ 90,88 para R$ 98,93. Já a tarifa industrial aumenta de R$ 113,88 para R$ 123,96. Na categoria pública, a cobrança passa de R$ 87,84 para R$ 95,62.

Os usuários enquadrados na Tarifa Social Pernambucana também serão afetados. O valor da cobrança de água passa de R$ 27,50 para R$ 29,94. Na modalidade que inclui água e esgoto, a tarifa sobe de R$ 55 para R$ 59,88. Para a população classificada como vulnerável, o valor aumenta de R$ 10,39 para R$ 11,31.

A atualização ocorre após um período sem reajustes tarifários regulares. Em 2025, houve um reequilíbrio relacionado à implantação da tarifa social, mas não foi aplicado um reajuste geral nas tarifas da Compesa.

O aumento não representa uma mudança nas contas de água de todos os municípios pernambucanos. A atualização vale para as localidades incluídas nos contratos de concessão e atendidas pelas empresas privadas. Nas cidades onde a Compesa continua responsável diretamente pelos serviços, as tarifas não sofrem alteração em decorrência dessa medida.

Na Região Metropolitana do Recife, estão incluídos Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paudalho, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

Na Zona da Mata, a relação inclui Aliança, Barreiros, Belém de Maria, Bom Jardim, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Escada, Feira Nova, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Jaqueira, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Limoeiro, Macaparana, Machados, Maraial, Nazaré da Mata, Orobó, Passira, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, Salgadinho, Sirinhaém, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, São Vicente Ferrer, Tamandaré, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência e Vitória de Santo Antão.

No Agreste, estão relacionados Agrestina, Águas Belas, Alagoinha, Altinho, Angelim, Arcoverde, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bom Conselho, Bonito, Brejão, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Camocim de São Félix, Canhotinho, Capoeiras, Caruaru, Casinhas, Chã Grande, Correntes, Cumaru, Cupira, Garanhuns, Gravatá, Ibimirim, Ibirajuba, Itaíba, Jataúba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Manari, Palmeirina, Panelas, Paranatama, Pedra, Pesqueira, Poção, Quixaba, Riacho das Almas, Sairé, Saloá, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Bento do Una, São Caitano, São João, São Joaquim do Monte, Surubim, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Toritama, Tupanatinga, Venturosa, Vertente do Lério e Vertentes.

No Sertão, a relação apresentada inclui Afrânio, Afogados da Ingazeira, Araripina, Belém do São Francisco, Betânia, Bodocó, Brejinho, Cabrobó, Calumbi, Carnaíba, Cedro, Custódia, Dormentes, Exu, Flores, Floresta, Frei Miguelinho, Granito, Iguaracy, Ingazeira, Ipubi, Itacuruba, Itapetim, Jatobá, Lagoa Grande, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolândia, Petrolina, Salgueiro, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Serrita, Solidão, Tabira, Tacaratu, Terra Nova, Trindade, Triunfo, Tuparetama e Verdejante. Fernando de Noronha também aparece na relação.

PIB do Brasil chega a R$ 11,7 trilhões em 2024, com crescimento de 3,4%, confirma IBGE

A economia brasileira cresceu 3,4% em 2024 e alcançou R$ 11,7 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB). O resultado foi confirmado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira (6), com a divulgação dos dados anuais definitivos do Sistema de Contas Nacionais. O PIB per capita, que corresponde à riqueza produzida no país dividida pelo número de habitantes, ficou em R$ 55.410,12.

O levantamento mostra que 11 dos 12 grupos de atividades econômicas analisados pelo instituto registraram estabilidade ou crescimento no período. A agropecuária foi a única atividade que apresentou resultado negativo, com retração de 3,7%.

Entre os setores que contribuíram para a expansão da economia, os serviços tiveram o maior crescimento, com alta de 3,8%. A indústria também apresentou desempenho positivo, avançando 3,1% em relação ao ano anterior.

Dentro do setor de serviços, todas as atividades registraram crescimento. O destaque ficou com os segmentos de informação e comunicação, que tiveram expansão de 6,1%.

Os números também mostram avanço no consumo e nos investimentos. Pela ótica da demanda, o consumo final aumentou 4,4% em 2024. As despesas das famílias cresceram 5,1%, enquanto os gastos de consumo do governo tiveram alta de 2%.

Outro indicador positivo foi a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos em máquinas, equipamentos e construção, entre outros componentes. O indicador avançou 6,9%, após registrar



queda de 3% em 2023. A taxa de investimento da economia brasileira ficou em 16,9% do PIB.

O valor adicionado bruto, que representa a contribuição das atividades econômicas para a produção de bens e serviços, cresceu 3,1%. Os serviços responderam por 2,6 pontos percentuais desse resultado, enquanto a indústria contribuiu com 0,8 ponto percentual. Juntos, os dois setores representam mais de 93% do indicador. A agropecuária teve contribuição negativa de 0,3 ponto percentual.

A divulgação dos dados definitivos ocorre durante o processo de atualização da metodologia utilizada pelo IBGE para calcular o desempenho da economia. O instituto informou que a publicação detalhada do PIB anual está temporariamente suspensa em razão da transição da base de referência 2010 para a nova base 2021. Até a conclusão dessa mudança, serão mantidas as estimativas agregadas.

Em nota, o IBGE explicou: "A publicação Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2024 - Notas Técnicas do IBGE apresenta os resultados da série de Contas Nacionais com referência 2010, atualizados até 2024, com base no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Em razão da transição para a nova base 2021, a divulgação detalhada foi temporariamente suspensa, mantendo-se apenas estimativas agregadas".